

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

11 a 15 de março de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Internet](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

A Federação Assespro participou, nesta terça (12), de reunião do Movimento Desonera Brasil com a deputada **Any Ortiz** (CID-RS) sobre o [PL 493/2024](#), que trata sobre a proposta do governo de **nova sistemática da desoneração da folha**. Na oportunidade foi entregue um [novo ofício](#) a favor da Desoneração da Folha de Pagamentos, reforçando a importância do diálogo e consideração das perspectivas setoriais. A entidade foi representada pela **Foco - Relações Governamentais**.

Já na quarta (13), a **Federação Assespro** firmou **parceria** com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**) para ampliar programa de **treinamento de mão de obra** no setor de **tecnologia da informação**. O acordo prevê a realização de **cursos de formação** de programadores de *software* em todo o país, voltados para jovens que concluíram ou estão

concluindo o ensino médio. A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica ocorreu durante o *AI Summit*. Acesse [aqui](#) as fotos da entrega do ofício, do evento e da assinatura do ACT.

Segurança Cibernética

- **Vai ao Plenário projeto de emenda à constituição de estabelece competência provada da União para legislar sobre defesa cibernética.** Foi aprovada, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, a [PEC 3/2020](#) (estabelece competência privativa da União para legislar sobre defesa cibernética), nos termos do [parecer](#) apresentado pelo senador **Hamilton Mourão** (REP/RS). A matéria segue para análise do Plenário do Senado. Caso aprovada, seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados.
- **Anatel realiza live com orientações e dicas para segurança online.** Na quarta-feira (13), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) promoveu a live “*A cidadania e a segurança dos consumidores e consumidoras na era digital*”, com o intuito de orientar os usuários de internet sobre como fortalecer a segurança em compras online e proteger suas contas digitais e dados pessoais. Durante o evento, o conselheiro substituto da Agência, **Raphael Garcia**, destacou que metade dos 156 milhões de usuários de internet no Brasil realizaram compras online nos últimos 12 meses, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2023 do NIC.br. A Anatel, portanto, incentiva os consumidores a adotarem uma navegação segura para evitar possíveis problemas. Além disso, a Agência enfatizou a importância da “conectividade significativa”, ou seja, a experiência na internet que contribua para a inserção social e econômica dos usuários, de forma segura e com custo acessível. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)

Inteligência Artificial

- **Eduardo Gomes descarta regulador único para inteligência artificial no Brasil.** O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), relator do [PL 2.338/2023](#) (*Marco Legal de Inteligência Artificial*), enfatizou a importância de considerar as experiências das agências reguladoras setoriais na regulação da Inteligência Artificial no Brasil. Para ele, **não** é responsabilidade de um único órgão regular e fiscalizar o uso da tecnologia, mas sim de cada agência reguladora existente, levando em conta suas iniciativas e procedimentos já implementados em relação à IA. Com informações de: [Teletime](#)
- **Parque Tecnológico Itaipu registra software de cibersegurança no INPI.** O Centro de Competência de Segurança Cibernética (SC.DT) do Parque Tecnológico Itaipu conquistou mais um reconhecimento, com a obtenção do Certificado de Registro de Programa de Computador do software RivIA, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). O RivIA, criado por Amin Mhamad Ismail, Renato Bosnin Machado e Rafael Menezes Barboza, é um programa que utiliza inteligência artificial e Machine Learning para detectar ataques hackers em redes, sendo desenvolvido em Python e utilizando bibliotecas de código aberto. A conquista do certificado representa mais um avanço na área de tecnologia e cibersegurança, demonstrando

o potencial e a inovação do Parque Tecnológico Itaipu no desenvolvimento de soluções para a proteção digital. Com informações de: [TI Inside](#)

Inclusão Digital

- **CESPO irá debater e-games como mecanismo para inclusão social de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades.** A Comissão do Esporte (CESPO) aprovou, nesta quarta-feira (13), [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Márcio Marinho** (REP/BA) para realização de audiência pública para debater os esportes eletrônicos como mecanismo para inclusão social de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades. Foram sugeridos a participar, entre outros, representante do Ministério do Esporte (MEsp) e o secretário de Esporte e Lazer do Distrito Federal, **Renato Junqueira**. A data e horário de realização da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **MEC debate acessibilidade e inclusão na educação superior.** O Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) organizou, nos dias 13 e 14 de março, o “4º Fórum Nacional de Coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade das Instituições Públicas de Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica”. O evento contou com a participação de 130 representantes dos Núcleos de Acessibilidade de todo o Brasil. Esta é a primeira vez que o Fórum acontece em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC. O principal objetivo do evento foi fortalecer e integrar os coordenadores dos Núcleos, além de promover diálogos com representantes de países da América Latina que discutem o tema da acessibilidade e inclusão na educação superior. O ministro **Camilo Santana** (Educação) e a presidente da Capes, **Denise Pires**, participam da mesa de abertura do Fórum, ao lado do secretariado do MEC: **Zara Figueiredo** (Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão), **Alexandre Brasil** (Educação Superior) e **Getúlio Marques** (Educação Profissional e Tecnológica). Com informações de: [ASCOM MEC](#)

Transformação Digital

- **Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação no G20 faz balanço de discussões.** O Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação do G20, liderado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), encerrou sua 2ª rodada de discussões com ênfase na transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Durante os 2 dias de reuniões, o grupo avançou no debate sobre como democratizar o acesso à ciência e torná-la mais diversa e representativa. A secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, **Márcia Barbosa**, que preside o grupo, elogiou as discussões e ressaltou a proposta inédita do Brasil de debater especificamente sobre a Amazônia. Com objetivos ambiciosos, a expectativa é que o Brasil lidere a geração de sinergia entre os países e entregue resultados concretos na reunião técnica em Manaus até setembro. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

- **Foi publicado o Boletim de Diagnóstico do Índice de Desenvolvimento de TIC 2023.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) disponibilizou o [Boletim de Diagnóstico do Índice de Desenvolvimento de TIC 2023](#), que tem como objetivo fornecer uma análise abrangente sobre o novo Índice de Desenvolvimento de TIC publicado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). O documento traz uma análise comparativa da performance do Brasil em relação a outros países, demonstrando que o país está acima da média mundial, ocupando o 70º lugar entre os 169 países participantes. Este estudo é fundamental para direcionar os esforços do Brasil a fim de proporcionar conectividade aos cidadãos brasileiros, contribuindo para sua inserção social e econômica de forma segura e acessível. Com a participação decisiva do Brasil na elaboração do IDI, através da Anatel, Ministério das Comunicações (MCom) e do Nic.br/Cetic, o país se destaca como o 2º colocado entre os países das Américas no grupo de renda média alta. Esse resultado demonstra a importância da tecnologia na inclusão social e econômica, além de influenciar diretamente nas políticas públicas de telecomunicações no Brasil. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Mídias Sociais

- **Lula defende debate amplo para regulamentar redes sociais.** Em entrevista ao SBT Brasil, o presidente **Lula** defendeu a realização de um amplo debate com especialistas para regulamentar as redes sociais no Brasil. Segundo Lula, as redes sociais podem ser benéficas e prejudiciais ao mesmo tempo, e a regulamentação deve ser resultado de um longo debate com a sociedade brasileira, especialistas e usuários. Lula também concordou com a tese de que a polarização política e ideológica observada no país é resultado das redes sociais, mas ressaltou que se trata de um fenômeno global. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **TSE cria núcleo contra fake news com Anatel, OAB, PGR e Ministério da Justiça.** Nesta terça-feira (12), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inaugurou o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE), iniciativa que tem como objetivo coordenar ações para combater notícias falsas, discursos de ódio, discriminação e conteúdos antidemocráticos durante o período eleitoral. O centro, comandado pelo presidente do TSE, ministro **Alexandre de Moraes**, será formado por autoridades do tribunal e terá a missão de promover a parceria entre a Justiça Eleitoral, órgãos públicos e entidades privadas, especialmente plataformas de redes sociais e serviços de mensageria privada, para garantir o cumprimento das regras estabelecidas pelo Plenário do TSE para a propaganda eleitoral. Além disso, o CIEDDE irá auxiliar os Tribunais Regionais Eleitorais na utilização da inteligência artificial, combate à desinformação, deepfake e na proteção da liberdade de escolha dos eleitores. A educação em cidadania, valores democráticos e direitos digitais também serão promovidos pelo novo centro. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Pacheco cobra de plataformas digitais combate à desinformação.** O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), fez um apelo às plataformas digitais para que atuem com responsabilidade na prevenção da disseminação de notícias falsas na internet. A declaração foi feita em resposta às críticas do senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF) às medidas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de combate à desinformação durante as eleições. Pacheco destacou

que o Senado está empenhado em transformar em lei as regulamentações referentes às eleições, incluindo questões relacionadas à inteligência artificial, plataformas digitais e seu uso durante os processos eleitorais. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Extrato de decisões do STF traz ratificação de indeferimento de cautelar na ADI 7261.** Foi publicada a [decisão](#) do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.261 apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), com pedido de medida cautelar, em face dos arts. 2º, caput e §§ 1º e 2º; 3º, caput, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução nº 23.714/2022, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que “*dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral*”. Por **maioria**, a Suprema Corte ratificou os termos da decisão que indeferiu o pedido de medida cautelar, julgou improcedente a ADI, e, em vista do referendo da cautelar pelo Plenário desta Corte e do julgamento de mérito ora proferido, restou prejudicado o agravo regimental interposto no eDoc 7, nos termos do voto do Relator, vencido, em parte, o Ministro André Mendonça.
- **Designada relatora de projeto que exige ferramenta de tradução para Libras em portais de internet.** A deputada **Erika Kokay** (PT/DF) foi designada relatora do [PL 3503/2019](#) (*exige ferramenta de tradução para Libras em portais de internet*) na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD). Após análise da CPD, o projeto ainda passe pelo crivo das Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI); de Comunicação (CCOM); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Designado relator de projeto que cria regras para evitar “linchamento virtual” de crianças e adolescentes.** O deputado **Pastor Henrique Vieira** (PSOL/RJ) foi designado relator do [PL 4054/2021](#) (*cria regras para evitar “linchamento virtual” de crianças e adolescentes*) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF). Após análise da CPASF, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Comunicação (CCOM) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **CCDD irá debater sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (13), [requerimento](#) apresentado pelo senador **Izalci** (PSDB/DF) para realização de audiência pública para debater o [PL 2628/2022](#) (*proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*). Devem ser convidados, entre outros, o diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**; representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); e **Estela Aranha**, ex-secretária de Diretos Digitais do MJSP. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Reforma do Código Civil prevê a retirada do artigo 19 do Marco Civil da Internet.** A proposta de reforma do Código Civil apresentada ao Senado Federal no último dia 26 de fevereiro está causando polêmica por sugerir a revogação do artigo 19 do Marco Civil da Internet ([Lei nº 12.965/2014](#)), que isenta as plataformas digitais de responsabilização por conteúdos publicados

por terceiros, com exceção dos casos em que haja descumprimento de decisão judicial. A sugestão tem influência das normas alemãs e europeias, especialmente da Lei sobre Serviços Digitais, que entrou em vigor no mês passado naquele continente. A lei, considerada rígida, obriga as empresas a passar por auditorias anuais e fornecer seus códigos algorítmicos, peças-chave na propagação dos conteúdos online. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Vai à CCJ projeto que tipifica crime de apologia de crime ou criminoso por meio da internet.** Nesta quarta (13), a Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado Federal aprovou o PL 777/2022 (*tipifica crime de apologia de crime ou criminoso por meio da internet*), na forma do substitutivo apresentado pelo senador **Hamilton Mourão** (REP/RS). A matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, caso aprovada, será remetida à Câmara dos Deputados – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

Internet

- **Designada relatora de projeto que institui o auxílio internet.** A deputada **Flávia Moraes** (PDT/GO) foi designada relatora do PL 3501/2020 (*institui o auxílio internet*) no âmbito da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF). Após análise da CPASF, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Comunicação (CCOM); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
 - » Cabe ressaltar que, na última legislatura, a relatora já havia apresentado parecer favorável ao projeto e respectivos apensados, na forma de substitutivo. Desse modo, a parlamentar poderá reapresentar seu relatório – *o que tornaria a matéria pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado* – ou apresentar um novo parecer.
- **Internet Brasil: Governo amplia demanda de chips na primeira fase.** Ministérios das Comunicações (MCOM) e da Educação (MEC) formalizam, por meio da Portaria Interministerial nº 12.544/2024, a ampliação do Programa Internet Brasil, incluindo unidades escolares na primeira fase. A portaria estabelece que o programa, que inicialmente beneficiava apenas escolas públicas atendidas pelo Projeto Nordeste Conectado, passa a contemplar unidades de ensino em geral, com foco em determinadas cidades, e agora prevê beneficiar alunos de escolas estaduais nos estados do Amapá, Maranhão, Pará, Bahia e Rio Grande do Norte. A parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) possibilitou a distribuição de 12,3 mil chips para estudantes de 25 instituições, priorizando os estados do Nordeste, onde a conectividade nas escolas é menor em comparação com outras regiões do país, de acordo com o Censo Escolar. A ampliação do programa visa alcançar mais 50 mil alunos e não há previsão de novas seleções de fornecedores no momento. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Distribuição de 50 mil chips do Internet Brasil deve ficar para julho.** A distribuição de 50 mil chips para alunos de escolas públicas, prevista para o início do ano letivo de 2024, foi adiada para julho ou agosto, de acordo com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A divisão

será feita com 10 mil chips entregues nos municípios que já participam do programa Internet Brasil e outros 40 mil distribuídos a 5 estados em nível de rede de ensino estadual. No entanto, as cidades específicas não foram indicadas. Em relação ao atraso, a RNP informou que a mudança no calendário se deve a um “ajuste no cronograma do projeto”, sem especificar o motivo. O modelo de chip neutro, que permite acesso a múltiplas redes móveis via eSIM, foi motivo de controvérsia, mas segundo o diretor da RNP, **Nelson Simões**, essa flexibilidade ofereceria a redução de custo com logística na distribuição dos chips, além de garantir melhor inclusão e prestação de serviços em áreas remotas. Com informações de: [Teletime](#)

5G no Brasil

- **Ministério das Comunicações autoriza Claro a captar R\$ 5,7 bi para expandir 5G com títulos que apoiam infraestrutura.** O Ministério das Comunicações (MCom) concedeu à Claro a permissão para captar R\$ 5,7 bilhões no mercado por meio de títulos destinados a promover investimentos em infraestrutura para a expansão do sinal de 5G e conectividade em todo o Brasil. A autorização para a emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura, publicada nesta quarta (13), visa a impulsionar a implementação da tecnologia 5G em todos os municípios do país até o final do mandato do presidente **Lula**. Segundo o ministro **Juscelino Filho**, o investimento será direcionado para as 27 unidades federativas, abrangendo rede de transporte, rede de acesso, Data Centers, infraestrutura para rede 5G e virtualização de rede de telecomunicações. A medida reflete o interesse da população e das empresas no avanço da tecnologia e confirma um ambiente de negócios favorável no setor. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

Economia & Tributário

- **Retorna à Câmara projeto que cria o marco legal dos jogos eletrônicos.** O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (13), o [PL 2796/2021](#) (*cria o marco legal dos jogos eletrônicos*), na forma do substitutivo apresentado pela senadora **Leila Barros** (PDT/DF). A matéria retorna à Câmara dos Deputados para análise das alterações promovidas pelo Senado.
- **MinC manifesta apoio ao texto aprovado para marco legal dos games.** O Ministério da Cultura (MinC) expressou seu apoio ao [PL 2796/2021](#) (*cria o marco legal dos jogos eletrônicos*). A pasta considerou positivas as previsões de incentivo ao setor que foram mantidas no texto. O texto aprovado pelo Senado agora segue para revisão na Câmara dos Deputados. Entre os pontos a serem analisados pelos deputados está o leque de fomentos relacionados ao setor, com destaque para a inserção do desenvolvimento de jogos no rol de segmentos beneficiados pela Lei do Bem e Lei das Startups, mantendo a Lei Rouanet e Lei do Audiovisual. O Ministério também ressaltou a importância da proteção das crianças, prevista no projeto. Além disso, o projeto reconhece profissionais da área de jogos eletrônicos e estabelece salvaguardas para proteger os usuários, proibindo práticas que violem os direitos de crianças e adolescentes, e autorizando o uso dos jogos para fins terapêuticos, de treinamento, capacitação, comunicação, propaganda e atividades didáticas. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

- **CFT aprova criação de Subcomissão Especial da Reforma Tributária.** Destacamos que foi aprovado, na reunião deliberativa da Comissão de Finança e Tributação (CFT) desta quarta (13), requerimento para a criação de Subcomissão Especial da Reforma Tributária, destinada a acompanhar, avaliar e propor legislação para regulamentar a Reforma. Na ocasião, o autor do requerimento, deputado **Luiz Carlos Haully** (PODE/PR), argumentou que a referida subcomissão é imprescindível para a antecipação do debate dos projetos de lei complementar elaborados pelo Executivo, permitindo capacitação e debate sobre os temas. A criação efetiva da Subcomissão depende de ato do presidente da CFT, deputado **Mário Negromonte Jr.** (PP/BA), o que ainda não tem data prevista para ocorrer.
- **Designado relator de projeto que estabelece Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.** O senador **Oriovisto Guimarães** (PODE/PR) foi designado relator do PL 3284/2021 (*estabelece o Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e institui a qualificação das Sociedades de Benefício*), no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Concluída a deliberação da CCJ, a proposição segue para análise das Comissões de Meio Ambiente (CMA), Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a última decisão terminativa. Caso aprovado, seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.
- **Designada relatora de projeto que dispõe sobre política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups.** No âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), a deputada **Coronel Fernanda** (PL/MT) foi designada relatora do PL 9392/2017 (*institui política de incentivo às startups*). Após análise da CAPADR, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Designada relatora de projeto que reduz contribuição previdenciária de empresa que contratarem PcDs.** A deputada **Daniela do Waguinho** (UNIÃO/RJ) foi designada relatora do PL 4269/2016 (*reduzir contribuição previdenciária de empresas que contratarem pessoas com deficiência*) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), tendo sido aberto, ainda, prazo para oferecimento de emendas – *o qual deverá se estender até 1º de abril*. Após análise da CPAST, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Setores retomam embate com o governo pela manutenção da desoneração da folha.** Representantes de 17 setores beneficiados pela política de desoneração da folha de pagamentos entregaram um pedido formal à relatora do PL 493/2024 (*nova sistemática da desoneração da folha*), deputada **Any Ortiz** (CID/RS), solicitando mais uma prorrogação da medida pelo Congresso Nacional. A presidente da Feninfra, Vivien Suruagy, destacou que a maioria dos parlamentares votou a favor da prorrogação devido aos benefícios para empregos e investimentos, e critica o texto do projeto enviado pelo governo por ir contra a vontade dos

congressistas. As lideranças dos setores desonerados se reuniram com a relatora para reforçar que o Congresso aprovou, no ano passado, a prorrogação da desoneração até 2027 e enfatizam a importância de seguir o processo legislativo. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Receita Federal lança projeto piloto do Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia).** A Receita Federal do Brasil, vinculada ao Ministério da Fazenda (RFB/MF) anunciou o início do processo de adesão ao piloto do Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia), por meio da [Portaria RFB nº 387/2023](#). O programa permitirá que contribuintes que atendam aos requisitos e critérios previstos possam se candidatar ao piloto, desde que tenham valores de endividamento iguais ou inferiores a 30%, calculados pela relação entre a dívida consolidada relativa a tributos administrados pela RFB e o total do ativo informado no último balanço patrimonial registrado na contabilidade. Além disso, a candidatura ao piloto do Confia deverá ser feita entre os dias 18 de março e 5 de abril de 2024, obrigatoriamente em formato digital e exclusivamente por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC). As candidaturas devem seguir as normas estabelecidas para adesão ao programa, que visa promover a conformidade fiscal e reduzir a inadimplência entre os contribuintes.
- **Gestão de Silas Câmara na CCom apoiará Anatel como reguladora de mercados digitais.** O deputado **Silas Câmara** (REP/AM) foi eleito presidente da Comissão de Comunicação (CCOM) da Câmara dos Deputados, em uma votação que teve chapa única e a vice-presidência de **Dani Cunha** (UNIÃO/RJ), **Fred Linhares** (REP/DF) e **Marcos Tavares** (PDT-RJ). Um dos principais assuntos em pauta no colegiado é a expansão das atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no contexto dos mercados digitais, tema que está sendo discutido em uma subcomissão. Em entrevista ao Tele.Síntese, o novo presidente da CCom afirmou seu apoio ao fortalecimento da Anatel em relação às plataformas digitais, defendendo a agência como uma instituição madura e eficiente. Silas Câmara também mencionou que foi contra a regulação das mídias sociais (PL 2630/2020) por considerar que não foi atribuído à Anatel o acompanhamento dessas questões, destacando a capacitação dos profissionais da agência. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Receita Federal prorroga para 2025 a extinção da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.** A Receita Federal anunciou que o prazo para extinção da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) foi prorrogado para o ano de 2025. A substituição da Declaração será feita pelas informações prestadas na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) e no Sistema de Escrituração Digital de Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), a partir do próximo ano. A medida atende a um pedido de entidades representativas de diversos setores, que alegaram dificuldades técnicas relacionadas ao cumprimento adequado da entrega da EFD-Reinf e do eSocial, as quais podem resultar em prejuízos no fornecimento de informações para comprovação de rendimentos e retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF). A substituição valerá para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2025. Com informações de: [Agência Gov](#)
- **STJ derruba limite de contribuições pagas por empresas ao Sistema S.** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomou uma decisão unânime que impacta as contribuições pagas pelas

empresas ao Sistema S, como Sesc, Senai e Sebrae. A 1ª Seção do STJ derrubou o limite de 20 salários-mínimos para o cálculo das chamadas “contribuições de terceiros” ou “parafiscais”. Isso significa que a base de cálculo dessas contribuições não ficará mais restrita a esse valor, que hoje é de **R\$ 28,2 mil**. As contribuições, que têm peso médio de **5,8%** para os contribuintes, financiam o Sistema S e a Receita Federal exige que esse percentual seja aplicado sobre toda a folha de salários das empresas. A decisão do STJ foi tomada por meio de recurso repetitivo, o que significa que deverá ser seguida pelas instâncias inferiores. Por maioria, os ministros também decidiram que as empresas que entraram com ações sobre o tema até o início das discussões na Corte, em 25 de outubro de 2023, e obtiveram decisão favorável, poderão se valer disso – *ou seja, pagar a contribuição com base no teto de 20 salários-mínimos* – até a publicação da ata de julgamento. Depois disso, o limite cai para todos os contribuintes. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Vai à CCJ projeto que tipifica crime de corrupção entre particulares.** A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou, nesta terça (12), o [PL 4436/2020](#) (tipifica crime de corrupção entre particulares), na forma do substitutivo apresentado pelo senador **Capitão Styvenson** (PODE/RN). A matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, caso aprovada será remetida à Câmara dos Deputados – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Vai à CFT projeto que muda regra para ICMS devido por empresa do Simples Nacional.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) aprovou, nesta terça (12), o [PLP 100/2023](#) (*muda regra para ICMS devido por empresa do Simples Nacional*), na forma do parecer favorável apresentado pelo deputado **Heitor Schuch** (PSB/RS). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

Trabalhista

- **Pronto para pauta projeto que assegura igualdade salarial.** A senadora **Teresa Leitão** (PT/PE) apresentou à Comissão de Educação e Cultura (CE) parecer favorável, na forma de substitutivo, ao [PL 1372/2021](#) (*assegura igualdade salarial*) e contrário à [Emenda nº 1](#). A matéria, portanto, encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da comissão. O projeto chegou a constar na ordem do dia da reunião deliberativa desta terça-feira (12), porém foi adiada. Após a análise da CE, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Caso aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **MDHC disciplina metodologia de GTI sobre Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas.** Foi publicada, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a [Portaria nº 132/2024](#), que dispõe sobre a metodologia do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas, instituído pelo [Decreto nº 11.772/2023](#). A metodologia apresentada tem como

objetivo ampliar a participação social no processo de coleta de subsídios específicos para a elaboração da proposta.

- » Para tanto, define que o processo será dividido nas seguintes **fases**: **(I) 1ª Fase**: elaboração de estudos, incluindo a coleta de subsídios por meio dos mecanismos de participação social sobre os ordenamentos jurídicos, nacional e internacional, de proteção aos direitos humanos com relação à atividade empresarial; e **(II) 2ª Fase**: proposição de medidas e de ações, incluindo a coleta de subsídios por meio dos mecanismos de participação social de audiências públicas, consultas públicas e outros, com objetivo de estabelecer à: **(i)** regulamentação da atuação das empresas quanto à promoção e à defesa dos direitos humano; **(ii)** reparação das violações aos direitos humanos e o monitoramento do processo reparatório; e **(iii)** implementação de políticas empresariais consonantes às diretrizes previstas nas normativas nacionais e internacionais.

Internacional

- **Parlamento Europeu aprova legislação sobre Inteligência Artificial.** O Parlamento aprovou nesta quarta (13) o Regulamento Inteligência Artificial, que tem como objetivo garantir a segurança e o respeito dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo que impulsiona a inovação. O documento, que foi negociado com os Estados-Membros em dezembro de 2023, foi aprovado por 523 votos a favor, 46 contra e 49 abstenções. O regulamento busca proteger os direitos fundamentais, a democracia, o Estado de direito e a sustentabilidade ambiental contra a IA de alto risco, promovendo a inovação e tornando a Europa líder neste domínio. Além disso, estabelece obrigações para a Inteligência Artificial com base nos seus potenciais riscos e nível de impacto. Com informações de: [TI Inside](#)
- **Cooperação internacional e IA são temas de audiência do MCTI com o Fórum Econômico Mundial.** A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) recebeu a diretora do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, **Marisol Argueta**. Durante a audiência, foram discutidas as prioridades internacionais do governo federal, com foco em políticas de inteligência artificial. Segundo a ministra, o Brasil tem uma agenda internacional intensa em 2025, com a presidência do G20 e a realização da COP30. O objetivo é promover parcerias em ciência e tecnologia para reduzir desigualdades e garantir um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. Marisol Argueta convidou a ministra para participar da Reunião Anual de Novos Campeões, que acontece em junho na China, com foco em empreendedorismo, inovação e inteligência artificial. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- **Brasil se torna membro da Aliança RISC-V Internacional.** O Brasil oficializou sua adesão como membro premium na aliança RISC-V Internacional no final de fevereiro, se tornando parte de uma comunidade global que promove o padrão de código aberto RISC-V para semicondutores. Com isso, o país terá influência direta no desenvolvimento da tecnologia e poderá contribuir ativamente na definição de políticas na área de Ciência e Tecnologia. Segundo o coordenador-geral de Tecnologias em Semicondutores do MCTI, **Alessandro Campos**, a adesão do Brasil à aliança é estratégica, pois permitirá ao país participar ativamente do desenvolvimento e direção do RISC-V, garantindo vantagens significativas para o ecossistema de empresas e pesquisadores nacionais. Campos ressalta que a migração de países como

China e Índia e grandes empresas de tecnologia para o padrão aberto evidenciou a oportunidade e necessidade de adesão à aliança. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

- **MDIC busca cooperação com EUA na área de semicondutores.** Representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) se encontraram com a embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, **Maria Luísa Viotti**, para discutir a cooperação no desenvolvimento de semicondutores. Em uma tentativa de posicionar o Brasil como fornecedor preferencial na cadeia de suprimentos do mercado norte-americano, o governo brasileiro busca parcerias com os EUA para expandir a produção do chamado “back end” – etapas fabris de encapsulamento, testes e design, áreas em que o Brasil tem know-how e capacidade instalada. A política norte-americana de priorizar a produção de semicondutores dentro do país levanta oportunidades para o Brasil em fundos que estimulem a expansão da cadeia de suprimentos dos EUA, abrindo caminho para investimentos estrangeiros no setor de semicondutores brasileiro. Além disso, o Brasil conta com 11 empresas de semicondutores atuando no *back end*, com um faturamento anual de aproximadamente **R\$ 5 bilhões**. A inserção do Brasil no radar dos EUA para atrair investimentos no setor de semicondutores faz parte da nova política industrial brasileira, que também inclui a formação de profissionais para o setor e a reestruturação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), estatal do setor.

Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Administração Pública

- **Projeto apresentado no Senado fortalece autonomia da ANPD.** O senador **Ângelo Coronel** (PSD/BA) apresentou na última quarta-feira (6) o [PL 615/2024](#), que tem como objetivo garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O projeto visa dar segurança jurídica à autonomia da ANPD, que foi criada como órgão da Presidência da República e posteriormente tornou-se autarquia de natureza especial com autonomia técnica e decisória. No entanto, a falta de definição clara sobre o conceito de autarquia especial e as prerrogativas administrativas conferidas à ANPD tem gerado insegurança jurídica e dúvidas sobre a extensão da autonomia conferida por lei à agência. Diante disso, o PL propõe a alteração da [Lei nº 13.848/2019](#) para atribuir à ANPD as mesmas prerrogativas conferidas às agências reguladoras e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entidades que possuem competências similares à ANPD. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação deve comparecer à CCT para falar sobre ações da pasta em 2024.** No âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado Federal, foi aprovado [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Carlos Viana** (PODE/MG), para que a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) seja convidada para prestar informações sobre as ações do Ministério para o ano de 2024. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente.
- **Comissão Temporária debate processos tributários e administrativos.** A Comissão Temporária Interna sobre Processo Administrativo e Tributário (CTIADMTR) do Senado Federal realizou uma audiência pública para discutir projetos de lei relacionados a questões

administrativas e tributárias. Diversas entidades, como o Conselho Federal de Contabilidade, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e sindicatos ligados à Receita Federal, apresentaram suas opiniões sobre as propostas. O Conselho Federal de Contabilidade destacou a importância dos avanços tecnológicos presentes nos projetos, enquanto o Sindifisco Nacional alertou para problemas relacionados à utilização preferencial de modelos alternativos de resolução de conflito tributário, como mediação e arbitragem. A PGFN propôs eixos fundamentais presentes em todas as propostas, como respeito aos precedentes e segurança jurídica.

- **Designada relatora de projeto que cria nova hipótese de improbidade administrativa.** No âmbito da Comissão de Cultura (CCULT) da Câmara dos Deputados, a deputada **Alice Portugal** (PCdoB/BA) foi designada relatora do [PL 2789/2021](#) (*cria nova hipótese de improbidade administrativa*). Após análise da CCULT, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), bem como pelo Plenário da Casa. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

Política

- **Governo Federal encaminha indicações para funções de vice-líderes do Governo na Câmara dos Deputados.** O Governo Federal encaminhou à Câmara dos Deputados, por meio das Mensagens [nº 79/2024](#), [nº 80/2024](#), [nº 81/2024](#), [nº 82/2024](#) e [nº 83/2024](#), do Presidente da República, as indicações dos seguintes parlamentares para a função de vice-líderes do Governo: (I) deputado Reginaldo Lopes (PT/MG); (II) deputada Duda Salabert (PDT/MG), em substituição ao deputado Josenildo (PDT/AP); (III) deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), em substituição à deputada Alice Portugal (PCdoB/BA); (IV) deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição ao deputado Jonas Donizette (PSB/SP); e (V) deputado Victor Linhalis (PODE/ES), em substituição ao deputado Igor Timo (PODE/MG).
- **Soraya Thronicke será a candidata do Podemos à presidência do Senado.** A presidente do Podemos, deputada **Renata Abreu** (PODE/SP), anunciou a candidatura da senadora Soraya Thronicke (PODE/MS) à presidência do Senado em 2025. Soraya enfrentará como principal concorrente **Davi Alcolumbre** (UNIÃO/AP), aliado de **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), e terá o desafio inédito de se tornar a primeira mulher a presidir a Casa. O anúncio foi feito durante um evento da ala feminina do partido, com o objetivo de enfrentar as forças políticas tradicionais do Senado. Soraya já se lançou à presidência em 2022 pelo União Brasil, mas migrou para o Podemos devido a divergências internas e dificuldades financeiras. A busca por apoio para a candidata já está em andamento. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Câmara elege presidentes das comissões de Comunicação e de C&T.** A deputada **Nely Aquino** (PODE/MG) assume a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), substituindo **Luisa Canziani** (PSD/PR). Além disso, os demais cargos na Mesa do colegiado também foram escolhidos: os deputados **Gilson Daniel** (PODE/ES) como 1º vice-presidente; **Sargento Portugal** (PODE/RJ) como 2º vice-presidente; e **Igor Timo** (PODE/MG) como 3º vice-presidente. Enquanto isso, o deputado **Silas Câmara** (REP/AM) foi eleito para presidir a Comissão de Comunicação (CCOM), sucedendo **Amaro Neto** (REP/ES). Os

deputados eleitos para ocupar os cargos de vice-presidente da CCOM foram **Dani Cunha** (UNIÃO/RJ) como 1ª vice-presidente; **Fred Linhares** (REP/DF) como 2º vice-presidente; e **Marcos Tavares** (PDT/RJ) como 3º vice-presidente. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Anatel abre consulta pública visando revogar antigas resoluções.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) [aprovou](#), nesta semana, a realização de uma nova consulta pública para avaliar a revogação de 43 resoluções da agência (guilhotina regulatória). De acordo com a decisão, a proposta visa modernizar e simplificar o arcabouço de regras da Anatel, eliminando normas que se mostraram ineficazes ou desnecessárias ao longo do tempo. O **objetivo** é garantir um ambiente estável e previsível para o setor de telecomunicações. A consulta pública será aberta por 45 dias. O conselheiro **Vicente Aquino**, responsável pela matéria, destacou que a guilhotina regulatória permitirá a revogação de atos normativos até o segundo semestre de 2024. Com informações de: [Teletime](#)
- **Telebras anuncia megalicitação para implantar *edge computing*.** A Telebras anunciou a abertura de solicitação de propostas (*Request for Proposal – RFPs*) para a contratação de soluções integradas de *Edge Computing*, que incluem desde dispositivos IoT e conectividade Wi-Fi até operações de virtualização de funções de rede, segurança avançada e gerenciamento de sistemas e bases de dados distribuídas. Os interessados devem encaminhar as propostas em lotes, que englobam equipamentos gerenciados de borda, infraestrutura de agregação, conectividade, equipamentos no data center, orquestração, gestão e segurança integrada, e análise de dados e processamento. O recebimento financeiro pelo fornecedor será sob demanda, ou seja, será remunerado conforme a necessidade da Telebras para atendimento a um determinado cliente. As propostas devem ser enviadas para o e-mail gestaodeparcerias@telebras em até 18 meses, contados a partir de 15 de março, e os valores serão definidos em contrato, considerando um contrato de 5 anos. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Nomeações

- **MEMP nomeia secretário-executivo.** Nesta semana, foi [nomeado](#) Francisco Tadeu Barbosa de Alencar para o cargo de secretário-executivo do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), ficando [exonerado](#) Renato Soares Peres Ferreira.
- **SECOM designa membros ao GT que irá elaborar Guia para Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes.** No âmbito da Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI), vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), foi divulgada a [relação nominal](#) dos membros designados para compor o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração de Guia para Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes, instituído pela [Portaria SECOM nº 13/2023](#).

- **Governo designa novos membros da sociedade civil para suplentes do Conselho Consultivo de Comércio Exterior.** A Câmara de Comércio Exterior (Conex/CAMEX) anunciou a nomeação de 14 membros da sociedade civil para compor o colegiado, na qualidade de suplentes, para mandatos de 2 anos.

Agendas de Destaque

- **Ministra reforça papel da ciência e tecnologia no desenvolvimento da América Latina e do Caribe.** A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação), enfatizou a importância da cooperação entre os países da América Latina e Caribe em pesquisa e inovação para enfrentar desafios econômicos, sociais e ambientais durante a abertura da Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe, ela ressaltou a necessidade de impulsionar projetos regionais visando o desenvolvimento tecnológico na região. Além disso, destacou a urgência em cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, estabelecidos pela ONU, alertando para a falta de avanços tecnológicos significativos na redução das desigualdades entre as nações. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- » **No Science20, ministra defende cooperação internacional em C&T para reduzir desigualdades.** A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) marcou presença na cerimônia de abertura do encontro do Science20 (S20), Grupo de Engajamento para a área de Ciência e Tecnologia do G20, no Rio de Janeiro. O evento, integrado à reunião do G20 presidido pelo Brasil neste ano, é organizado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do MCTI, e tem como objetivo promover o diálogo entre a comunidade científica em temas críticos e prover recomendações aos governos dos países do grupo. A ministra defendeu a cooperação no âmbito do G20 para reduzir a desigualdade técnico-científica entre os países e buscar pontes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de garantir o desenvolvimento econômico inclusivo, socialmente justo e ambientalmente responsável. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- » **MCTI e Consecti buscam fortalecer papel dos estados no setor de C&T.** A ministra **Luciana Santos** participou da abertura da reunião interna do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), nesta quinta-feira (14). O encontro teve como foco principal a participação dos estados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a inclusão das secretarias estaduais em outros planos de assistência técnica e financeira do governo federal. Durante a reunião, o secretário-executivo do MCTI, **Luis Fernandes**, apresentou um panorama do FNDCT, que conta com cerca de **R\$ 10 bilhões** para investimentos em inovação e discutiu a expansão de ações conjuntas com os estados. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- **Ministério das Comunicações leva ações de conectividade para Belém.** O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) esteve em Belém nesta segunda (11) para acompanhar medidas de conectividade e inclusão digital. Durante a manhã, ele deu início a Infovia 03, projeto que visa conectar Belém a Macapá com internet de alta velocidade. Além disso, participou da medição do primeiro ponto da Blitz da Telefonia Móvel na cidade e da doação de 1 mil computadores para pontos de inclusão digital. Além do ministro Juscelino Filho, estiveram presentes no evento os ministros **Jader Barbalho Filho** (Cidades), **Celso Sabino** (Turismo) e

Paulo Pimenta (Secom/PR), o governador do Pará, **Helder Barbalho** (MDB) e o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, **Hermano Tercius**.

- » Além disso, Juscelino Filho e Celso Sabino firmaram acordo para expandir a cobertura de internet em locais estratégicos para os turistas que visitam o Brasil, como parte da iniciativa “*Conheça o Brasil: Conectado*”. O objetivo é proporcionar uma melhor experiência de conectividade aos turistas, democratizando o acesso à internet, inclusive nos pontos turísticos, de forma gratuita. O ministro Juscelino destacou a importância do setor turístico para a economia do país, enfatizando a recepção de visitantes nacionais e internacionais. Com informações de: [ASCOM MCOM](#) e [ASCOM MCOM](#)

➤ **MJSP participa da inauguração do Centro Integrado de Combate à Desinformação e Defesa da Democracia.** O ministro **Ricardo Lewandowski** (Justiça e Segurança Pública), esteve presente na inauguração do Centro Integrado de Combate à Desinformação e Defesa da Democracia (Ciedde). Na ocasião, o ministro destacou a importância da cooperação técnica entre os poderes Judiciário e Executivo para assegurar a liberdade do eleitor na formação e expressão de sua vontade nas urnas. Com informações de: [ASCOM MJSP](#)

➤ **Anatel participa de inauguração de Centro do TSE de combate às fake news.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) também marcou presença na inauguração do Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília. O presidente da Anatel, **Carlos Baigorri**, enfatizou que a participação no CIEDDE reforça o compromisso da Agência com a democracia e o combate à desinformação. A presença da Agência nesse projeto mostra o engajamento no uso da tecnologia e da comunicação para manter a transparência e a segurança no processo eleitoral, contribuindo para a preservação da democracia no país. Com a participação dos conselheiros **Alexandre Freire** e **Vicente Aquino**, a Anatel reafirma seu compromisso no cenário de grandes desafios tecnológicos para garantir a lisura e a integridade das eleições. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)